



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/04/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	2 - 3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4
2.2. VARA DA MULHER.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. JUÍZES.....	7 - 8
4.2. SELETIVOS.....	9 - 11
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DECISÕES.....	12
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. COMARCAS.....	13
6.2. DECISÕES.....	14
6.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	15
6.4. VARA DA MULHER.....	16 - 17
6.5. VARAS CRIMINAIS.....	18 - 19
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	20 - 22
7.2. DECISÕES.....	23 - 24
7.3. PRESIDÊNCIA.....	25
7.4. SEGURANÇA.....	26

Município de São Luís deve fornecer contratos a advogado

O município de São Luís deverá fornecer cópias dos contratos publicitários e dos processos licitatórios que os procederam a um advogado que deseja analisar e tomar conhecimento sobre a aplicação do dinheiro público. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O advogado Aristóteles Duarte Ribeiro impetrou mandado de segurança contra ato do Executivo Municipal, informando que teve negada a solicitação dos documentos referentes ao ano de 2010. Ele alegou o direito constitucional de todo cidadão de obter

informações da Administração Pública, sejam individuais ou de interesse geral, a fim de possibilitar o controle popular e a democracia.

O advogado destacou também o princípio da publicidade, que obriga a divulgação ampla dos atos de interesse público, informando que a mesma solicitação foi feita ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa, ambos tendo fornecido a documentação.

O pedido foi concedido pela juíza Luzia Nepomucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que determinou a entrega

dos contratos e do orçamento de São Luís ao advogado.

O município de São Luís, em recurso, alegou ausência de comprovação da ilegalidade do ato, da recusa em fornecer os documentos e do direito líquido e certo do requerente.

O relator do processo, desembargador Vicente de Paula, entendeu que os argumentos do Executivo Municipal não mereciam acolhimento, por contrariarem o direito

do cidadão de requerer informações sobre questões de interesse público. Segundo ele, o Município não cumpriu ônus que lhe cabia de provar que respondeu à solicitação.

O desembargador destacou ainda que o advogado teria direito à concessão do mandado de segurança mesmo que não tivesse feito qualquer requerimento administrativo, o que é desnecessário para submissão da matéria ao Judiciário.

TJMA INVESTE R\$ 94 MILHÕES EM PROCESSO ELETRÔNICO



Desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Pág. 3

TJMA investe R\$ 94 milhões em Processo Eletrônico



Desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está investindo cerca de R\$ 94 milhões na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), cujo projeto-piloto atenderá inicialmente o recém-criado Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís - o primeiro com essa especificidade no Estado.

“A previsão é que em 2014 o PJe seja implantado na sede do Tribunal e, até 2018, chegue a todas as unidades judiciárias”, estima o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Técnicos da Direto-

ria de Informática trabalham na instalação do sistema no Data Center do Judiciário (Centro de Processamento de Dados) e avaliam condições de funcionamento para atender necessidades do novo juizado.

Como não absorverá processos das varas da Fazenda Pública da capital, o órgão iniciará atividades em modo inteiramente eletrônico, já utilizando as facilidades do PJe.

O diretor de Informática Paulo Rocha Neto explica que os demais juizados especiais continuarão utilizando o PROJUDI. A tendência,

contudo, é que este e outros sistemas sejam substituídos pelo PJe.

“Em quatro anos, a rede do Judiciário estadual deve estar completamente equipada com processo eletrônico”, informa.

A implantação do Data Center foi o primeiro passo para consolidação do PJe no Tribunal de Justiça. Há necessidade ainda de uma rede wan (que interliga o conjunto de redes ao Data Center) e equipamentos, além da capacitação de servidores e magistrados.

“O PJe é um projeto irreversível, em razão de fatores como celeridade, economia de papel e uso mínimo de espaço físico. É o único meio hoje eficiente para acompanhamento do volume extraordinário de demandas que chegam ao Judiciário. O Orçamento 2013 do TJMA, por sinal, contempla R\$ 28 milhões para ações amplas nesse sentido”, comenta Guerreiro Júnior.

JUIZADO - Criado pela Lei Complementar 151, de 04/12/2012, e

com instalação autorizada pelo Pleno, o Juizado Especial da Fazenda Pública vai processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse do Estado e do Município até o valor de 60 salários mínimos, inclusive aquelas que envolvem autarquias, fundações e empresas públicas.

Também ali serão julgados pequenos conflitos gerados por impugnações de lançamentos fiscais, como os de IPTU, (antes, naturalmente, do ajuizamento da execução fiscal), de cassação ou anulação de multas de trânsito e atos de postura municipal, entre outras demandas que dificilmente se compatibilizariam com ônus e custos da Justiça ordinária.

O Juizado Especial da Fazenda Pública terá competência absoluta. De acordo com a Lei nº 12.1530/2009, onde existe um juizado desse tipo não é possível às partes optar entre eles e a justiça comum, a exemplo do que acontece em relação aos juizados cíveis e criminais.

Advogado é empossado corregedor do sistema penitenciário do Maranhão



Secretário Sebastião Uchôa empossa o novo corregedor geral sistema penitenciário

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, empossou o advogado Ribamar Nascimento como corregedor geral do sistema penitenciário do Estado, no lugar de Alexandre Benigno. Na cerimônia de posse aconteceu, ontem (1º), na sede da Secretaria

de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), em São Luís. Presentes na solenidade de posse, a subsecretária da Sejap, Leopoldina Amélia Barros; e os secretários-adjuntos de Justiça, José Ribamar Cardoso Lima e de Estabelecimentos Penais, Fredson Maciel. Sebastião Uchôa falou da

responsabilidade que o novo corregedor terá à frente da Corregedoria Geral do sistema penitenciário do Maranhão. Uma das demandas é a criação de duas comissões: uma para apurar atos infracionais praticados por servidores e a segunda voltada para os atos delituosos cometidos por apenados.

O novo corregedor informou que visitará todos os estabelecimentos carcerários do Maranhão a fim de que sejam obtidas as informações necessárias para uma boa condução da Corregedoria. "As ações tomadas pela Corregedoria será em prol do melhoramento do sistema penitenciário".

O ex-corregedor, Alexandre Benigno, ocupará função dentro da Corregedoria, instituição onde trabalha desde 2004.

BOAS VINDAS - A subsecretária do órgão, Leopoldina Amélia Barros, afirmou que o novo corregedor vai desempenhar, da melhor maneira, as suas funções "objetivando, acima de tudo, o progresso do sistema", destacou. O secretário-adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, acredita na continuidade das ações por parte do advogado Ribamar Nascimento. "Sei que todos nós estamos trabalhando para garantir avanços significativos dentro do sistema e o novo corregedor tem esse foco". Para o secretário-adjunto de Estabelecimentos Penais, Fredson Maciel, é preciso unir forças em prol do aprimoramento do sistema penitenciário.

 ITINERÂNCIA

Unidade Móvel Viva Mulher estará em Chapadinha durante toda essa semana

A equipe do Laboratório de Tecnologia Social Viva Mulher, da Secretaria de Estado da Mulher, realiza atividades diversas no município de Chapadinha, no período de 01 a 05 deste mês, dando continuidade à sua programação de itinerância.

Somente este ano de 2013, já foram realizadas cerca de 1.300 atendimentos pelo Programa Viva Mulher. Os municípios de São Luís, Itaipera/Maracanã, São Benedito do Rio Preto, Santa Luzia do Paruá, Godofredo Viana e agora Chapadinha foram os contemplados com a presença da equipe do Laboratório de Tecnologia Social Viva Mulher. Ainda estão previsto para este mês, a visita nos municípios de Anapurus e Grajaú.

As atividades consistem de acolhimento e atendimento psicossocial e jurídico, além de palestras sobre a Lei Maria da Penha e a Lei do Acompanhante ministradas pela equipe multidisciplinar do Viva Mulher. O CRAS e o CREAS locais oferecem palestras sobre Auto-estima e Violência Contra Mulher, respectivamente. Também haverá exibição dos filmes "Rota do Tráfico de Mulheres", "A Última Batalha".

De acordo com a diretora do Viva Mulher, Ruth Mary o objetivo é disseminar a metodologia do Viva Mulher, que implica em fazer todos os



A equipe da Semu faz um atendimento no eixo psicossocial/jurídico e encaminhamentos para as redes municipais das mulheres em situação de vulnerabilidade

eixos em atendimento psicossocial e jurídico realizando encaminhamentos para as redes dos municípios.

A secretária da Semu, Catharina Bacelar ressalta que o Programa Viva Mulher trabalha com as principais ações da Secretaria de Estado da Mulher, os principais eixos do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres e as políticas necessárias para garantir os direitos das mulheres do Maranhão, do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e sobre os programas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presi-

dência da República.

PARCERIA - A Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha atua em parceria, oferecendo serviços de vacinação, exames preventivos, aferição de pressão e glicemia, utilizando o consultório ginecológico da unidade móvel Carreta Viva Mulher. Durante as ações, a secretaria municipal de saúde também estará confeccionando o cartão do SUS, em uma Tenda fixada ao lado da "Carreta".

Além da parceria municipal, a Semu também conta com o apoio do INSS, Benfam e secretaria de Estado da Saúde.

Para a realização dessas

ações, no último dia 26, a secretária adjunta da Semu, Crisális Fonseca e a diretora do Viva Mulher, Ruth Mary estiveram juntamente com a secretária municipal da mulher de Chapadinha, Nildinha Teles com o objetivo de um melhor desempenho do organismo naquele município.

A programação do Viva Mulher se encerra na sexta-feira (05), com a premiação do Concurso de Poesias sobre Lei Maria da Penha, organizado pelo município. Em seguida a carreta segue para Anapurus, entre os dias 08 a 12 e nos dias 15 a 20 para o município de Grajaú.

== LICITAÇÕES ==

Município deve fornecer cópias dos contratos



Desembargador Vicente de Paula

O município de São Luís deverá fornecer cópias dos contratos publicitários e dos processos licitatórios que os precederam a um advogado que deseja analisar e tomar conhecimento sobre a aplicação do dinheiro público. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O advogado Aristóteles Duarte Ribeiro impetrou mandado de segurança contra ato do Executivo Municipal, informando que teve negada a solicitação dos documentos referentes ao ano de 2010. Ele alegou o direito constitucional de todo cidadão de obter informações da Administração Pública, sejam individuais ou de interesse geral, a fim de possibilitar o controle popular e a democracia.

O advogado destacou também o princípio da publicidade, que obriga a divulgação ampla dos atos de interesse público, informando que a mesma solicitação foi feita ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa, ambos tendo forne-

cido a documentação.

O pedido foi concedido pela juíza Luzia Nepomucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que determinou a entrega dos contratos e do orçamento de São Luís ao advogado.

O município de São Luís, em recurso, alegou ausência de comprovação da ilegalidade do ato, da recusa em fornecer os documentos e do direito líquido e certo do requerente.

O relator do processo, desembargador Vicente de Paula, entendeu que os argumentos do Executivo Municipal não mereciam acolhimento, por contrariarem o direito do cidadão de requerer informações sobre questões de interesse público. Segundo ele, o Município não cumpriu ônus que lhe cabia de provar que respondeu à solicitação.

O desembargador destacou ainda que o advogado teria direito à concessão do mandado de segurança mesmo que não tivesse feito qualquer requerimento administrativo, o que é desnecessário para submissão da matéria ao Judiciário.



Biaman Prado

Táxis-lotação continuam atrapalhando o tráfego de ônibus e carros na Praça Deodoro. Este ano, motoristas que exploram o serviço receberam 288 multas por transporte remunerado não autorizado em São Luís, segundo o Detran. **Cidades 2**

Táxis-lotação receberam 288 multas por transporte ilegal de passageiros

Apesar da punição, o serviço ilegal continua sendo oferecido em pontos estratégicos

Foram registradas, este ano, 288 multas por transporte remunerado não autorizado em São Luís, de acordo com estatísticas do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran). Essas infrações aplicam-se aos condutores que exploram serviço de táxi-lotação. Apesar das punições, na Praça Deodoro, o transporte em carros de passeio continua a ser oferecido por cooperativas.

Por causa da ineficácia do sistema de transporte público de São Luís, tornou-se comum o serviço não autorizado de transporte remunerado de passageiros em carros de passeio. O mercado clandestino instala-se principalmente na Praça Deodoro e no Anel Viário, dois dos principais pontos de ônibus da cidade, ambos localizados no Centro.

Mas a tarefa, no entanto, pode trazer prejuízos. Foi o que explicou o motorista Otávio Costa, 35 anos, que trabalha há três anos com táxi-lotação fazendo linha para os bairros Anjo da Guarda e Vila Nova. Por dia, ele chega a realizar até 10 viagens (ida e volta). O trabalhador, que não informou para qual cooperativa trabalha, disse que a aplicação de multas aos que prestam o serviço é constante. "Alguns chegam a pegar até R\$ 1.700,00 de multa por dia. A gente tenta evitar a fiscalização para poder trabalhar. Não sabemos se a decisão da Justiça está valendo ou não", afirmou.



Biaman Prado

Apesar de multas, transporte ilegal de passageiros continua sendo feito em ponto na Praça Deodoro, no Centro

Saiba mais

No dia 21 do mês passado, o juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Jorge Figueiredo dos Anjos, determinou que o Município fornecesse autorização da atividade de taxista aos associados da Cooperativa de Táxi e Transporte da Área Itaqui-Bacanga (Coopettaib). Os cooperados alegaram que se uniram para oferecer transporte de passageiros à comunidade do Itaqui-Bacanga, já que na área não há transporte público urbano de qualidade. No entanto, de acordo com a Prefeitura, conforme explicado em seu site, no dia 25 de março, a situação do táxi-lotação na área do Itaqui-Bacanga

permanece inalterada, ou seja, proibida. Por entendimento da Procuradoria Geral do Município de São Luís (PGM), a decisão proferida pelo juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos não teria nenhum efeito prático. "A decisão dada pela 3ª Vara não tem aplicabilidade imediata, em virtude de um pedido de suspensão de liminar que já havia sido feito pela Procuradoria Geral do Município em 2011 e que foi concedido pelo então presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, seguido por todos os desembargadores do TJMA", disse o texto.

Números

288

multas foram aplicadas a motoristas de táxi-lotação em São Luís este ano

400

veículos, organizados em cooperativas, atuam no transporte remunerado de passageiros na área Itaqui-Bacanga

10 mil

é o número estimado de passageiros que utilizam o serviço prestado pelos táxis-lotação na área Itaqui-Bacanga

A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria de Trânsito e Transportes (SMTT), informou em nota que a fiscalização

continua sendo realizada regularmente em pontos e horários estratégicos, em conformidade com a legislação em vigor,

que prevê multa e apreensão de veículo que realiza o transporte irregular de passageiros no município.

Atividades marcam o bicentenário do TJMA

Livros e concurso na agenda. **Alternativo 1**



Programação para celebrar 200 anos de história e justiça

Exposição, concurso de redação e publicação de obras são algumas das ações que serão realizadas ao longo deste ano para comemorar o bicentenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, terceira corte judicial mais antiga do país

Uma vasta programação cultural, realizada ao longo do ano, marcará os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - terceira corte judicial mais antiga do país -, celebrados no dia 4 de novembro de 2013. Entre as atividades realizadas para comemorar o bicentenário da instituição, estão a realização de um concurso de redação voltado para estudantes, lançamento de obras jurídicas e publicações especiais, exposição de peças e processos antigos e livros raros, visita pública ao Tribunal, entre outras.

Os dois séculos da instituição estão sendo comemorados pelo Poder Judiciário com uma programação voltada para o meio jurídico e a comunidade em geral e culminará com solenidade no Palácio da Justiça, no dia 4 de novembro, dia do aniversário. A agenda comemorativa inclui ainda a outorga de comenda a autoridades.

A presidência do TJMA incluiu no cronograma do bicentenário da Corte de Justiça obras de engenharia, a exemplo da reforma de prédios históricos, restauração do antigo plenário da Casa e do relógio da Rua da Estrela. Estão previstas também outras inaugurações como a do Laboratório de Digitalização e Restauração de Documentos Históricos do arquivo e a abertura do Memorial do Judiciário.

Concurso - O concurso de redação, lançado no dia 1º de março, é direcionado a estudantes do nível médio de instituições de ensino públicas e privadas de São Luís, que têm até o dia 30 deste mês para se inscreverem gratuitamente. O tema da redação será *Tribunal de Justiça do Maranhão - 200 anos* e deverá ter como foco a importância da missão institucional do TJMA na sociedade. "Não é necessário falar da história do Tribunal. Pode ser abordado um aspecto que o estudante considerar relevante na trajetória da corte", informa o desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão da Comemoração aos 200 Anos do TJMA.

Para estimular os estudantes a participarem do concurso, o Tribunal deu início a uma série de palestras educativas sobre a temática do bicentenário. O primeiro a falar aos estudantes, em conferência realizada semana passada, foi o desembargador Milson Coutinho, que é pesquisador e historiador, autor de diversas obras sobre a história do TJ.

Na próxima segunda-feira (8), o desembargador Lourival Serejo também proferirá palestra. Na ocasião, o magistrado falará sobre o funcionamento da Casa de Justiça, o dia a dia dos desembargadores, a função do Tribunal de Justiça, entre outros temas. O encontro com os estudantes será às 9h, no auditório do TJMA.

Outra fonte de pesquisa que

estará à disposição dos concorrentes é o acervo de obras sobre a Justiça disposto na biblioteca que funciona na sede administrativa do TJMA na Praça Pedro II, aberta ao público das 8h às 18h.

O edital que regulamenta o concurso foi apresentado ao colegiado pelo desembargador Lourival Serejo e publicado no Diário da Justiça e Portal do Poder Judiciário. Os interessados podem acessar as regras do concurso por meio do endereço eletrônico www.tjma.jus.br.

Ao falar das comemorações ao colegiado de desembargadores, o presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, destacou: "As solenidades e eventos comemorativos do bicentenário serão realizados ao longo do ano, até a data do aniversário do Tribunal, e envolvem a comunidade".

Campanha - O Judiciário também desenvolve campanha de comunicação social com peças publicitárias na mídia, livro-álbum, vídeo institucional e folhetos educativos que serão distribuídos a visitantes e autoridades. O calendário forense de 2013 já traz uma retrospectiva histórica da Justiça estadual no Maranhão, desde os primórdios da fundação da cidade de São Luís.

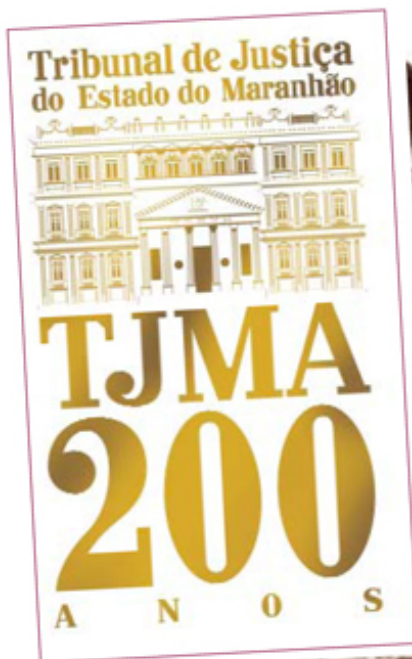
A marca gráfica das comemorações remete ao Palácio da Justiça, sede administrativa do TJ, onde atuam os desembargado-

res que compõem o colegiado e emanam as decisões em maior grau da Justiça no Estado. As cores branco e dourado representam a data especial e a nobreza do exercício da magistratura.

O edifício-sede, construído em 1948, foi escolhido para simbolizar a campanha, por melhor representar a sua relevância histórica e arquitetônica, inserida no contexto histórico da fundação da cidade e da memória da Justiça brasileira. A fachada neoclássica, encimada pela deusa Themis, integra a área tombada pelo patrimônio federal.

Serviço

- **O quê**
Programação do bicentenário do TJMA
- **Quando**
Até o dia 4 de novembro
- **Informações**
No endereço eletrônico www.tjma.jus.br



Divulgação

Fachada do prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão no passado e nos dias de hoje; ao lado marca gráfica do bicentenário do TJ

Justiça decide que Prefeitura de São Luís deve fornecer contratos a advogado

O município de São Luís deverá fornecer cópias dos contratos publicitários e dos processos licitatórios que os precederam a um advogado que deseja analisar e tomar conhecimento sobre a aplicação do dinheiro público. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O advogado Aristóteles Duarte Ribeiro impetrou mandado de segurança contra ato do Executivo Municipal, informando que teve negada a solicitação dos documentos referentes ao ano de 2010. Ele alegou o direito constitucional de todo cidadão de obter informações da Administração Pública, sejam individuais ou de interesse geral, a fim de possibilitar o controle popular e a democracia.

O advogado destacou também o princípio da publicidade, que obriga a divulgação ampla dos atos de interesse público, informando que a mesma solicitação foi feita ao Governo do Estado e à Assem-



O desembargador Vicente de Paula já bateu o martelo

bleia Legislativa, ambos tendo fornecido a documentação.

O pedido foi concedido pela juíza Luzia Nepomucena,

da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que determinou a entrega dos contratos e do orçamento de São Luís ao advogado. O município de São Luís, em recurso, alegou ausência de comprovação da ilegalidade do ato, da recusa em fornecer os documentos e do direito líquido e certo do requerente.

O relator do processo, desembargador Vicente de Paula, entendeu que os argumentos do Executivo Municipal não mereciam acolhimento, por contrariarem o direito do cidadão de requerer informações sobre questões de interesse público. Segundo ele, o Município não cumpriu ônus que lhe cabia de provar que respondeu à solicitação.

O desembargador destacou ainda que o advogado teria direito à concessão do mandado de segurança mesmo que não tivesse feito qualquer requerimento administrativo, o que é desnecessário para submissão da matéria ao Judiciário.

INSCRIÇÕES

Comarca de Riachão abre seleção para entidades sociais

A comarca de Riachão abriu edital ontem, segunda-feira (01), convocando entidades públicas ou privadas, com finalidade social comprovada, a participarem de processo seletivo para obtenção de recursos financeiros arrecadados durante o ano de 2013. O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular da comarca, baseou-se no Provimento 10/2012, da Corregedoria Geral de Justiça.

PRAZO - O prazo para inscrição será de 1 a 15 de abril e os projetos deverão ser apresentados na forma impressa. A entidade deverá ter finalidade social, relativa a segurança pública, ressocialização de presos, assistência de vítimas de crimes, educação ou saúde.

Deverá também apresentar vagas para cumpridores de penas restritivas de direito, na modalidade prestação de serviços à comunidade. Os projetos deverão ser executados ao longo do ano de 2013. Finalmente, a entidade deverá. Ser regularmente constituída com a apresentação de cópia dos contratos ou estatutos sociais e do CNPJ.

CRITÉRIOS - Segundo o edital, serão critérios da seleção: o número de vagas dos cumpridores de penas restritivas de direito e os serviços de maior relevância social. O prazo máximo para a seleção dos projetos será o dia 30 de abril. A divulgação do resultado está marcada para o dia seguinte após a escolha.

Não havendo candidatos interessados ou aptos, o juízo da Comarca de Riachão, observando as disposições da legislação aplicável e citando o próprio edital, poderá desenvolver projetos para aplicar as verbas arrecadadas.

CONTRAMÃO I

O município de São Luís deverá fornecer cópias dos contratos publicitários e dos processos licitatórios que os precederam a um advogado que deseja analisar e tomar conhecimento sobre a aplicação do dinheiro público. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O advogado Aristóteles Duarte Ribeiro impetrou mandado de segurança contra ato do Executivo Municipal, informando que teve negada a solicitação dos documentos referentes ao ano de 2010. Ele alegou o direito constitucional de todo cidadão de obter informações da Administração Pública, sejam individuais ou de interesse geral, a fim de possibilitar o controle popular e a democracia. O advogado destacou também o princípio da publicidade, que obriga a divulgação ampla dos atos de interesse público, informando que a mesma solicitação foi feita ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa, ambos tendo fornecido a documentação.

CONTRAMÃO II

O pedido foi concedido pela juíza Luzia Nepomucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que determinou a entrega dos contratos e do orçamento de São Luís ao advogado. O município de São Luís, em recurso, alegou ausência de comprovação da ilegalidade do ato, da recusa em fornecer os documentos e do direito líquido e certo do requerente. O relator do processo, desembargador Vicente de Paula, entendeu que os argumentos do Executivo Municipal não mereciam acolhimento, por contrariarem o direito do cidadão de requerer informações sobre questões de interesse público. Segundo ele, o Município não cumpriu ônus que lhe cabia de provar que respondeu à solicitação. O desembargador destacou ainda que o advogado teria direito à concessão do mandado de segurança mesmo que não tivesse feito qualquer requerimento administrativo, o que é desnecessário para submissão da matéria ao Judiciário.

MODERNIZAÇÃO

TJMA investe R\$ 94 milhões em Processo Eletrônico

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está investindo cerca de R\$ 94 milhões na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), cujo projeto-piloto atenderá inicialmente o recém-criado Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís - o primeiro com essa especificidade no Estado.

"A previsão é que em 2014 o PJe seja implantado na sede do Tribunal e, até 2018, chegue a todas as unidades judiciárias", estima o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Técnicos da Diretoria de Informática trabalham na instalação do sistema no Data Center do Judiciário (Centro de Processamen-

to de Dados) e avaliam condições de funcionamento para atender necessidades do novo juizado.

Como não absorverá processos das varas da Fazenda Pública da capital, o órgão iniciará atividades em modo inteiramente eletrônico, já utilizando as facilidades do PJe.

O diretor de Informática Paulo Rocha Neto explica que os demais juizados especiais continuarão utilizando o PROJUDI. A tendência, contudo, é que este e outros sistemas sejam substituídos pelo PJe.

"Em quatro anos, a rede do Judiciário estadual deve estar completamente equipada com o processo eletrônico", informa.

A implantação do Data Cen-

ter foi o primeiro passo para consolidação do PJe no Tribunal de Justiça. Há necessidade ainda de uma rede wan (que interliga o conjunto de redes ao Data Center) e equipamentos, além da capacitação de servidores e magistrados.

"O PJe é um projeto irreversível, em razão de fatores como celeridade, economia de papel e uso mínimo de espaço físico. É o único meio hoje eficiente para acompanhamento do volume extraordinário de demandas que chegam ao Judiciário. O Orçamento 2013 do TJMA, por sinal, contempla R\$ 28 milhões para ações amplas nesse sentido", comenta Guerreiro Júnior.

JUIZADO - Criado pela Lei Complementar 151, de 04/12/2012,

e com instalação autorizada pelo Pleno, o Juizado Especial da Fazenda Pública vai processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse do Estado e do Município até o valor de 60 salários mínimos, inclusive aquelas que envolvem autarquias, fundações e empresas públicas.

Também ali serão julgados pequenos conflitos gerados por impugnações de lançamentos fiscais, como os de IPTU, (antes, naturalmente, do ajuizamento da execução fiscal), de cassação ou anulação de multas de trânsito e atos de postura municipal, entre outras demandas que dificilmente se compatibilizariam com ônus e custos da Justiça ordinária.

ÚLTIMAS

Unidade Móvel Viva Mulher estará em Chapadinha durante esta semana

A equipe do Laboratório de Tecnologia Social Viva Mulher, da Secretaria de Estado da Mulher, realiza atividades diversas no município de Chapadinha. A programação teve início ontem (01) e vai até o dia 05 deste mês, dando continuidade à sua programação de itinerância. **(Página 12)**

Unidade Móvel Viva Mulher estará em Chapadinha durante esta semana

As atividades consistem no acolhimento e atendimento psicossocial e jurídico às mulheres, além de palestras sobre a Lei Maria da Penha e a Lei do Acompanhante ministradas pela equipe multidisciplinar do Viva Mulher



Este ano já foram realizadas cerca 1.300 atendimentos

A equipe do Laboratório de Tecnologia Social Viva Mulher, da Secretaria de Estado da Mulher, realiza atividades diversas no município de Chapadinha. A programação teve início ontem (01) e vai até o dia 05 deste mês, dando continuidade à sua programação de itinerância.

Somente este ano de 2013, já foram realizadas cerca 1.300 atendimentos pelo Programa Viva Mulher. Os municípios de São Luís, Itaperã/ Maracanã, São Benedito do Rio Preto, Santa Luzia do Paruá, Godofredo Via-

na e agora Chapadinha foram os contemplados com a presença da equipe do Laboratório de Tecnologia Social Viva Mulher. Ainda estão previsto para este mês, a visita nos municípios de Anapurus e Grajaú.

AUXÍLIO - As atividades consistem de acolhimento e atendimento psicossocial e jurídico, além de palestras sobre a Lei Maria da Penha e a Lei do Acompanhante ministradas pela equipe multidisciplinar do Viva Mulher. O CRAS e o CREAS locais oferecem palestras sobre Auto-

estima e Violência Contra Mulher, respectivamente. Também haverá exibição dos filmes "Rota do Tráfico de Mulheres", "A Última Batalha".

De acordo com a diretora do Viva Mulher, Ruth Mary o objetivo é disseminar a metodologia do Viva Mulher, que implica em fazer todos os eixos em atendimento psicossocial e jurídico realizando encaminhamentos para as redes dos municípios.

A secretária da Semu, Catharina Bacelar ressalta que o Programa Viva Mulher trabalha com as principais ações da Secretaria de Estado da Mulher, os principais eixos do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres e as políticas necessárias para garantir os direitos das mulheres do Maranhão, do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e sobre os programas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

PARCERIA - A Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha atua em parceria, oferecendo serviços de vacina-

ção, exames preventivos, aferição de pressão e glicemia, utilizando o consultório ginecológico da unidade móvel Carreta Viva Mulher. Durante as ações, a secretaria municipal de saúde também estará confeccionando o cartão do SUS, em uma Tenda fixada ao lado da "Carreta".

Além da parceria municipal, a Semu também conta com o apoio do INSS, Benfam e secretaria de Estado da Saúde.

Para a realização dessas ações, no último dia 26, a secretária adjunta da Semu, Crisális Fonseca e a diretora do Viva Mulher, Ruth Mary estiveram juntamente com a secretária municipal da mulher de Chapadinha, Nildinha Teles com o objetivo de um melhor desempenho do organismo naquele município.

A programação do Viva Mulher se encerra na sexta-feira (05), com a premiação do Concurso de Poesias sobre Lei Maria da Penha, organizado pelo município. Em seguida a carreta segue para Anapurus, entre os dias 08 a 12 e nos dias 15 a 20 para o município de Grajaú.

POLÍCIA

Cinco homens serão julgados na 4ª Vara do Tribunal do Júri esta semana

A 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís realiza, esta semana, quatro sessões de julgamento, de hoje (2) a sexta-feira (5), com início sempre às 8h30, no Fórum Des. Sarney Costa no Calhau. Em março, a unidade jurisdicional realizou 13 julgamentos, com oito acusados condenados. As sessões serão presididas pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior. **(Página 11)**

Cinco homens serão julgados na 4ª Vara do Tribunal do Júri esta semana

Atuarão nas sessões de julgamento deste mês o promotor de Justiça Pedro Lino Silva Curvelo e o defensor público Marcus Vinícius Campos Fróes, além de advogados de defesa dos acusados

A 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís realiza, esta semana, quatro sessões de julgamento, de hoje (2) a sexta-feira (5), com início sempre às 8h30, no Fórum Des. Sarney Costa no Calhau. Em março, a unidade jurisdicional realizou 13 julgamentos, com oito acusados condenados. As sessões serão presididas pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior.

Nesta terça-feira (2), será submetido a júri popular Wallisson Cutrim, acusado de assassinar Jackson Douglas Mendes Gaspar. Segundo a denúncia do Ministério Público, no dia 12 de outubro de 2006, por volta das 15h30, na travessa que liga as ruas Boa Esperança e Alegria, no bairro da Liberdade, o réu efetuou três disparos de arma de fogo

contra a vítima que morreu em razão dos ferimentos.

Na quarta-feira (3), será julgado Wallace Dean Santos Rocha, por tentativa de homicídio contra David Jones Silva Oliveira, no dia 24 de agosto de 2008, também no bairro Liberdade. Vítima e acusado mantinham desavenças e no dia do crime o réu desferiu golpes com arma branca na região abdominal da vítima, com o auxílio de um comparsa.

Já na quinta-feira (4), serão julgados Diego da Conceição Cruz e Josimar de Jesus Mendes, pela morte de Jailson Santos Costa, ocorrida dia 5 de agosto de 2008, por volta das 20h, no bairro Jambeiro. Conforme a denúncia, na data do crime, os acusados passaram o dia bebendo com a vítima e outros colegas. À noite, réus e vítima se-

guiram para uma casa abandonada naquele bairro, onde consumiram drogas. Após um desentendimento, os denunciados desferiram facadas na região cervical e no tórax na vítima.

Na última sessão do 4º Tribunal do Júri desta semana, na sexta-feira (5), será levado a júri popular José de Ribamar Silva Serra, conhecido como "Teteuzinho". Ele é acusado de assassinar José Ribamar de Sousa, no dia 22 de julho de 2009, por volta das 15h, na Avenida Dom Luís, Vila Mauro Fecury II, no bairro Anjo da Guarda. O crime ocorreu após os dois iniciarem uma discussão, sem motivo aparente, seguida de agressões mútuas, quando, então, o denunciado desferiu uma paulada e vários golpes de facão na vítima.

MARÇO - O 4º Tribunal do Júri foi convocado em todos os

dias úteis do mês de março deste ano para julgamento de 18 ações penais, realizando 13 julgamentos, com oito acusados condenados, totalizando, em penas privativas de liberdade, 111 anos, dois meses e um dia de reclusão. Houve também seis absolvições e duas desclassificações (o Conselho de Sentença entende que o crime não é competência do Tribunal do Júri, transferindo para o juiz singular a competência para julgar).

No mesmo período, um processo foi retirado da pauta de julgamento para realização de exame de insanidade mental do acusado; e quatro júris foram adiados. Atuaram nas sessões de julgamento do mês de março os promotores de Justiça Pedro Lino Curvelo, Haroldo Paiva de Brito e Oziel Costa Ferreira Neto.

Comarca de Riachão abre seleção para entidades sociais

A comarca de Riachão abriu edital nesta segunda-feira, convocando entidades públicas ou privadas, com finalidade social comprovada, a participarem de processo seletivo para obtenção de recursos financeiros arrecadados durante o ano de 2013.

O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular da comarca, baseou-se no Provimento 10/2012, da Corregedoria Geral de Justiça. O prazo para inscrição será até 15 de abril e os projetos deverão ser apresentados na forma impressa.

A entidade deverá ter finalidade social, relativa a segurança pública, ressocialização de presos, assistência de vítimas de crimes, educação ou saúde.

Deverá também apresentar vagas para cumpridores de penas restritivas de direito, na modalidade prestação de serviços à co-

munidade. Os projetos deverão ser executados ao longo do ano de 2013. Finalmente, a entidade deverá. Ser regularmente constituída com a apresentação de cópia dos contratos ou estatutos sociais e do CNPJ.

Segundo o edital, serão critérios da seleção: o número de vagas dos cumpridores de penas restritivas de direito e os serviços de maior relevância social. O prazo máximo para a seleção dos projetos será o dia 30 de abril. A divulgação do resultado está marcada para o dia seguinte após a escolha.

Não havendo candidatos interessados ou aptos, o juízo da Comarca de Riachão, observando as disposições da legislação aplicável e citando o próprio edital, poderá desenvolver projetos para aplicar as verbas arrecadadas.

TIMON

Diretor do fórum e servidores avaliam resultado de pesquisa

O resultado de uma pesquisa voltada para os servidores do Fórum de Timon foi objeto da reunião ocorrida no último dia 26. Comandado pelo juiz Rogério Monteles da Costa, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca e diretor do fórum, o encontro contou com a participação de 79 servidores.

A ideia foi colocar os servidores a par do resultado da pesquisa enviada a todos os servidores via email e cujo período de duração foi de dez dias até a coleta das respostas, bem como "avaliar onde estão os problemas, onde precisa melhorar. Serviu de orientação", assegura Monteles.

Cursos – Segundo o diretor, entre os pontos destacados no encontro, a segurança nas instalações da Justiça em Timon, a organização e limpeza das instalações e o horário de trabalho, esse último com respostas que beiraram a unanimidade.

De acordo com os dados, em relação ao item, 91% dos pesquisados foi a favor do horário

corrido, contra 3% que pretere os dois turnos. Um contingente de 6% dos pesquisados optou por "outros".

A importância da criação de um setor de informação processual junto à recepção do fórum teve 92% de aprovação entre os que participaram da pesquisa.

No quesito realização de cursos oferecidos pela Esmam na comarca 94% dos servidores pesquisados afirmou ter interesse em participar.

Detector de metais – Além das perguntas sobre aspectos variados envolvendo o trabalho, um espaço foi disponibilizado para que os servidores apresentassem sugestões. Algumas dessas sugestões já foram encaminhadas ao Tribunal de Justiça, afirma o magistrado, citando, entre outras, a instalação de porta com detector de metais e de circuito interno de TV para melhorar a segurança nas instalações, e a troca das cadeiras destinadas às partes que esperam por audiências no local.

Para Rogério Monteles, a pesquisa foi muito importante, uma vez que o resultado representa "um norte para direcionar o trabalho". Segundo ele, dos cerca de 120 servidores, 79 responderam ao questionário. Na avaliação do diretor, isso significa que os "funcionários querem que o fórum melhore".

Por iniciativa do juiz, uma pesquisa voltada para o público externo buscava avaliar como esse público analisava o trabalho do Juizado Cível e Criminal, unidade da qual Rogério Monteles é titular. Ao assumir a diretoria do fórum, em janeiro, o magistrado decidiu implementar a pesquisa para o público interno. Segundo ele, a iniciativa atende à orientação do Conselho Nacional de Justiça para que os juízes sejam também gestores das unidades.

A identificação dos participantes foi opcional. O resultado da pesquisa foi encaminhado via e-mail a todos os servidores.

Comarca de Riachão abre seleção para entidades sociais

A comarca de Riachão abriu edital ontem (1º), convocando entidades públicas ou privadas, com finalidade social comprovada, a participarem de processo seletivo para obtenção de recursos financeiros arrecadados durante o ano de 2013. O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular da comarca, baseou-se no Provimento 10/2012, da Corregedoria Geral de Justiça.

O prazo para inscrição será de 1 a 15 de abril e os projetos deverão ser apresentados na forma impressa. A entidade deverá ter finalidade social, relativa a segurança pública, ressocialização de presos, assistência de vítimas de crimes, educação ou saúde.

Deverá também apresentar vagas para cumpridores de penas restritivas de direito, na modalidade prestação de serviços à

comunidade. Os projetos deverão ser executados ao longo do ano de 2013. Finalmente, a entidade deverá. Ser regularmente constituída com a apresentação de cópia dos contratos ou estatutos sociais e do CNPJ.

Segundo o edital, serão critérios da seleção: o número de vagas dos cumpridores de penas restritivas de direito e os serviços de maior relevância social. O prazo máximo para a seleção dos projetos será o dia 30 de abril. A divulgação do resultado está marcada para o dia seguinte após a escolha.

Não havendo candidatos interessados ou aptos, o juízo da Comarca de Riachão, observando as disposições da legislação aplicável e citando o próprio edital, poderá desenvolver projetos para aplicar as verbas arrecadadas.

Justiça manda Município de São Luís fornecer contratos a advogado

O Município de São Luís deverá fornecer cópias dos contratos publicitários e dos processos licitatórios que os precederam a um advogado que deseja analisar e tomar conhecimento sobre a aplicação do dinheiro público. A decisão é da 2ª Câmara Cível do TJ-MA.

PÁGINA 3

Justiça manda Município de SL fornecer contratos a advogado

O município de São Luís deverá fornecer cópias dos contratos publicitários e dos processos licitatórios que os precederam a um advogado que deseja analisar e tomar conhecimento sobre a aplicação do dinheiro público. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

O advogado Aristóteles Duarte Ribeiro impetrou mandado de segurança contra ato do Executivo Municipal, informando que teve negada a solicitação dos documentos referentes ao ano de 2010. Ele alegou o direito constitucional de todo cidadão de obter informações da Administração Pública, sejam individuais ou de interesse geral, a fim de possibilitar o controle popular e a democracia.

O advogado destacou também o princípio da publicidade, que obriga a divulgação ampla dos atos de interesse público, informando que a mesma solicitação foi feita ao governo do Estado e à Assembleia Legislativa, ambos tendo fornecido a documentação.

O pedido foi concedido pela juíza Luzia Nepomucena, da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que determinou a entrega dos contratos e do orçamento de São Luís ao advogado.

O município de São Luís, em recurso, alegou ausência de comprovação da ilegalidade do ato, da recusa em fornecer os documentos e do direito líquido e certo do requerente.

O relator do processo, desem-

bargador Vicente de Paula, entendeu que os argumentos do Executivo Municipal não mereciam acolhimento, por contrariarem o direito do cidadão de requerer informações sobre questões de interesse público. Segundo ele, o Município não cumpriu ônus que lhe cabia de provar que respondeu à solicitação.

O desembargador destacou ainda que o advogado teria direito à concessão do mandado de segurança mesmo que não tivesse feito qualquer requerimento administrativo, o que é desnecessário para submissão da matéria ao Judiciário.

EDITORIAL

A fadiga

Um polvo com mais tentáculos que o corpo pode suportar. Assim pode ser definido hoje o sarneisismo, modelo político que se sustenta no poder há quase 50 anos e contra o qual, historicamente, todas as investidas da oposição foram até agora inúteis. Esses tentáculos invadiram a Assembleia Legislativa, a Câmara Federal e o Senado, os tribunais, as câmaras de vereadores todas do Estado e criaram limo nas Prefeituras do Maranhão.

Começou a dar os primeiros sinais de fadiga com a eleição de Jackson Lago, mas se recompôs usando os braços fincados em Brasília para manter nos dentes sua presa preferencial, o estado do Maranhão. A partir daí vem se realimentando e a cada movimento livrando-se dos predadores que ameaçam tomar o poder. Nestes anos todos, denúncias de corrupção e fraude abalaram, mas não conseguiram desmontar a autoridade física de um modelo político ramificado em todas as instâncias de poder e que até aqui se mantém intocável.

Os novos sinais de fadiga são sentidos principalmente na predisposição do povo maranhense de livrar-se dos tentáculos do sarneisismo. É o eleitor que está cansado das vitórias e manobras do sarneisismo, o que restou demonstrado, recentemente, em pesquisa que coloca Flávio Dino, principal adversário do regime, na liderança disparada das intenções de voto, a quase dois anos da eleição. Outros sinais se acumulam dentro do próprio governo. Quase meio século depois, o poder se exauriu e correntes políticas adversas se formam dentro do cansado sistema político de cooptação. O nome Sarney provoca coceiras no eleitor. O nome Lobão soa diferente, mas tem o mesmo efeito de um ataque de pulgas. O nome João Alberto causa a mesma sensação de formigamento. Por isso escolheram Luís Fernando, um Silva, na tentativa de evitar que a fadiga do eleitor não provoque câibras incontornáveis nos braços do polvo.

O poder se exauriu a ponto de uma vaga no Tribunal de Contas do Estado ser a única solução disponível para que PT e PMDB, principais partidos da aliança que sustentam Roseana Sarney, não se esfolem pela cadeira Nº1 do Palácio dos Leões, no caso da governadora concorrer a qualquer cargo.

A linha sucessória no Maranhão é um verdadeiro Enigma da Esfinge, no melhor estilo “decifra-me ou devoro-te”, e muitas são as especulações em torno de quem sentará na cadeira da filha de Sarney no interregno entre as candidaturas e a posse. Talvez Washington Oliveira, talvez Arnaldo Melo, talvez o presidente do Tribunal de Justiça, talvez Max Barros, talvez ninguém. Talvez, talvez...

E esse é mais um sinal de fadiga no centro do poder. Roseana Sarney não parece confiar em qualquer um para substituí-la enquanto concorre ao Senado e não consegue unir seus aliados em torno do nome de Luís Fernando Silva. O velho Sarney tem dúvidas entre Lobão e João Alberto e dentro do processo sucessório Roseana pode permanecer no governo até o final. A Esfinge permanece incólume, fazendo perguntas que ninguém consegue responder. Mas talvez que surja na oposição algum Édipo capaz de decifrar.

Magistrados maranhenses iniciam curso de segurança nos Estados Unidos

DIVULGAÇÃO

Desembargadores, juízes e servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão iniciaram ontem (1º) curso de segurança em Orlando (Estados Unidos). Nos próximos cinco dias, os 20 participantes recebem capacitação, com aulas teóricas e práticas, para que desenvolvam comportamento com foco na cultura da segurança pessoal e em ambiente de trabalho. O TJ-MA é o segundo no país a aderir ao treinamento, após o Rio.

Os critérios para distribuição das vagas – como a inclusão de desembargadores e juízes criminais na turma – foram elaborados pela Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal, que também aprovou a grade curricular sugerida pelo Núcleo de Planejamento Estratégico do Judiciário (NPE).

De acordo com o coordenador do curso, juiz Paulo de Assis Ribeiro, a formação foi sugerida pelo presidente do TJ-MA, desembargador Guerreiro Júnior, que conheceu detalhes sobre o treinamento em 2012, no Rio, durante Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça. O TJRJ é o idealizador do procedimento e maior referência nacional, hoje, em segurança de magistrados.

“A proposta do presidente é que todos os magistrados façam o curso nos próximos anos. Estamos rompendo paradigmas e criando uma nova cultura institucional em relação ao Judiciário, em todas as áreas”, destaca Assis.

A experiência no exterior é considerada projeto-piloto. O Tribunal vai avaliá-la e definir se mantém ou não o intercâmbio. Caso aprovado, haverá um calendário anual de cursos.

“O Judiciário maranhense traba-



Desembargador Guerreiro Júnior (com Alexandre Magno e Paulo Assis, no Rio) durante Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça

lha com prevenção a situações de risco. Essa é uma ação inédita no estado no sentido de preparar magistrados e servidores para que possam antecipar e enfrentar circunstâncias adversas”, diz o presidente Guerreiro Júnior.

Capacitação – A capacitação em Orlando inclui palestras, videoconferência e visitas à penitenciária e cortes daquele estado e do condado de Lake. O objetivo é mostrar aos maranhenses como os norte-americanos mantêm padrões de segurança institucional e sistemas de segurança nos fóruns, em situações de julgamento de crimes, tratamento às partes e com a presença de público nas cortes.

O conhecimento do sistema de segurança interno dos Estados Unidos – denominado “banco de segurança”, e que monitora o judiciário daquele país – faz parte da programação.

O Tribunal de Justiça enviará novo grupo aos Estados Unidos no dia 6 de abril, com outros 20 selecionados. A lista de participantes inclui o diretor de Segurança Institucional do TJ-MA, capitão Alexandre Magno, e o chefe do gabinete militar, tenente-coronel Pedro de Jesus Ribeiro.

Treinamento – Em março, o TJ-MA promoveu treinamento a 20 magistrados sobre uso de armamento, acionamento do gatilho e decisão de tiro. A participação feminina foi destaque nos exercícios na Academia de Polícia Militar e no stand de tiros da Companhia de Operações Especiais (COE), no Calhau.

A ação integrou Plano de Instrução de Tiro elaborado pela Diretoria de Segurança Institucional, em parceria com a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).